



Rua Benjamin Constant, 62 - Centro
85851-380 | Foz do Iguaçu - PR - Brasil
(45) 3521 1511 | (45) 2105 1000
fundacaocultural@pmfi.pr.gov.br | www.pmfi.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026

CONTRATANTE: UASG 929762

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação dos serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização do evento FARTAL 2026, incluindo: Tendas, alambrados, tabladados, piso deck, fechamentos, barricadas, arquibancada, camarote, camarim, estandes, palcos, painéis de led, sonorização e iluminação, banheiros químicos e geradores de energia. O evento será realizado no período de 10 a 14 de junho de 2026, no CTG Charrua, localizado no Município de Foz do Iguaçu – PR, sendo a contratação exclusivamente à execução deste evento.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.752.828,15 (um milhão setecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 03/06/2026 às 9h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto



8ab6aab2-522d-4a99-bf4c-45ce25e69d40





EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90002/2026

Aplica-se a este Pregão, Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores e Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. TERMO DE ABERTURA

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 75.431.437/0001-89, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 62, centro de Foz do Iguaçu/PR, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo "**MENOR PREÇO POR GRUPO**". Este procedimento está fundamentado na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n. 32.398/2024, será processado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela portaria nº 1.539/2025 e seguirá as especificações constantes no Termo de referência anexo I e as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação dos serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização do evento **FARTAL 2026**, incluindo: Tendas, alambrados, tablados, piso deck, fechamentos, barricadas, arquibancada, camarote, camarim, estandes, palcos, painéis de led, sonorização e iluminação, banheiros químicos e geradores de energia. O evento será realizado **no período de 10 a 14 de junho de 2026, no CTG Charrua**, localizado no Município de Foz do Iguaçu – PR, sendo a contratação exclusivamente à execução deste evento.

1.2 DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- 1.2.1 Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública;
- 1.2.2 Impugnações:** até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública;
- 1.2.3 Recebimento das propostas:** até às 09 horas do dia 03/06/2026;
- 1.2.4 Abertura e avaliação das propostas:** dia 03/06/2026, a partir das 09 horas;
- 1.2.5 Início da sessão pública:** dia 03/06/2026, às 09 horas.
- 1.2.6 UASG:** 929762.

1.3 CONTATOS

Pregoeiro: Jonathan Magno Monteiro **MAT. 55.61**
Horário de expediente: das 08h às 14h
Endereço eletrônico: licitacoes.fcfi@gmail.com
Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 62, centro de Foz do Iguaçu/PR
Acesso identificado no link: www.gov.br/compras/pt-br

1.4 ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

ANEXO I	Termo de Referência (TR)
ANEXO II	Modelo padrão de proposta de preço (PP)
ANEXO III	Minuta Contrato

2. DISPOSIÇÕES GERAIS PRELIMINARES

- 2.1.** O Pregão será realizado na forma eletrônica, em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico** da plataforma www.gov.br/compras/pt-br.
- 2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma www.gov.br/compras/pt-br.
- 2.3.** Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página da plataforma www.gov.br/compras/pt-br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão às constante no Termo de Referência (Anexo I).
- 2.4.** Eventuais dúvidas em relação à operacionalização do sistema de compras governamentais, forma de anexar



documentos e de operar durante a fase de disputa, dentre outras, devem ser direcionadas DIRETAMENTE AO SUPORTE DA PLATAFORMA GOVERNAMENTAL.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação que o rege ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

3.2. Qualquer esclarecimento ou impugnação a respeito deste Edital poderão ser obtidos pelo email constante no termo de abertura (fl.01), deve ser dirigido ao pregoeiro e **protocolado na forma constante no item 1.2.1 e 1.2.2.**

3.3. Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

3.4. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Proponente.

3.6. A decisão sobre as impugnações caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos, em regra, não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

3.9. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu a publicação do texto original do instrumento convocatório.

3.10. As comunicações dirigidas por meio eletrônico ao representante do licitante suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte da Fundação Cultural, ressalvadas as hipóteses de Publicação, as quais serão realizadas na forma do item 29.9 deste Edital.

4. REFERÊNCIAS DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos.

5.1.1 Para efeitos de participação das Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

a) Microempresa (ME): O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

b) Empresa de Pequeno Porte (EPP): O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

5.1.2 NÃO fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a ME ou EPP:

a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada



por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.2 Os Benefícios previstos para ME e EPP NÃO são aplicados:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3 A obtenção de benefícios às ME e EPPs ficam limitadas àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.5 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão eletrônico, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento, que poderá ser feito através da plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br>

5.6 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmas e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8 Não poderão participar deste Pregão e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

5.8.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do certame, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

c) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

d) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. § 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- i) Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que como sabido, a participação de empresas consorciadas tem por fundamento ampliar a competitividade, notadamente em licitações que envolvam objeto complexo, de grande vulto ou diante das circunstâncias de mercado. Ou seja, para que seja permitida a participação de consórcios, faz-se necessário que o objeto contratual seja complexo, de grande vulto ou, ainda, que seja uma prática de mercado. Por outro lado, o consórcio pode cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa, notadamente porque – caso não fosse permitida a reunião das empresas – estas concorreriam entre si.
- j) Não será admitida a participação de empresas sob a forma de cooperativas considerando que o objeto da licitação refere-se a prestação de serviços, e não serviços especializados por profissionais organizados sob a forma de cooperativa, conforme o inciso IV do artigo 16 da Lei 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema** (por anexo), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

6.2 Na proposta do licitante deve estar expresso que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos constitucionais trabalhistas e das demais normas infralegais, sob pena de desclassificação.

6.3 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante de melhor proposta final aceita**.

6.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF (sistema de cadastramento unificado de fornecedores), assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

6.5 A falta de documento exigido em edital, que, porém esteja disponível no cadastro SICAF, estando dentro do prazo de validade, atenderá as exigências de habilitação deste edital.

6.5.1 As ME e EPPs deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006.

6.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6.1 Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irrevogável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para correção de erros ou omissões formais, dos quais não resulte prejuízo para o entendimento das propostas;

6.6.2 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9 Caso esteja enquadrado como ME ou EPP, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006.

6.9.1 A declaração falsa relativa ao enquadramento como ME ou EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6.10 A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação.

6.10.1 Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

6.11 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer





mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.12.1 Condições de participação

6.12.1.1 Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

6.12.1.2 Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

6.12.2 Declarações para fins de habilitação

6.12.2.1 Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

6.12.2.2 Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

6.12.2.3 Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.12.2.4 Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.12.2.5 Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.12.3 Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

6.12.3.1 Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

6.12.3.2 Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

6.13 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item;

b) Marca/modelo (caso houver);

c) Fabricante (caso houver);

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Proponente.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4 Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração que implique modificação do valor global da proposta, ressalvada a correção de erros materiais ou formais que não alterem a substância da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.5 A proposta deverá ter prazo mínimo de 90 (noventa) dias de validade, prazo que poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias mediante acordo entre o Proponente e a Entidade. Aceita a prorrogação pelo Proponente, a proposta não poderá ser modificada.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no termo de abertura deste Edital.



8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando sumariamente:

8.2.1 Aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, inclusive com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

8.2.2 Que identifique o licitante;

8.2.3 Que não seja precisa e/ou que não esteja limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, contendo alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado;

8.2.4 Que contenha outros vícios insanáveis.

8.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7 O LANCE DEVERÁ SER O **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

8.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10 Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de **0,50 %** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.11 Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

8.11.1 No modo de disputa ABERTO, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.11.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.12 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.13 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser registrada em campo próprio do sistema.

8.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente na plataforma eletrônica www.gov.br/compras/pt-br, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.18 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 DO EMPATE E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP

8.20.1 Havendo empate entre as propostas ou lances, ou configurada situação de empate nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico aplicará, sucessivamente, o disposto nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar e, somente após esgotado o direito de preferência das microempresas



e empresas de pequeno porte, se for o caso, os critérios gerais de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.20.2 Empatadas as propostas iniciais e não havendo envio de lances após o início da fase competitiva, aplicar-se-á o disposto no subitem 8.20.1.

8.20.3 O disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 não será aplicado quando configurada a hipótese prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.21 DO EMPATE E DO PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP

8.21.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por licitante enquadrada como ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, será assegurado o direito de preferência previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.21.2 Na hipótese do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para apresentar nova oferta de preço inferior àquela considerada melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento da etapa de lances, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.21.3 Apresentada a nova oferta e atendidas às exigências de habilitação, a microempresa ou empresa de pequeno porte será declarada vencedora do certame.

8.21.4 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem 8.21.2, serão convocadas automaticamente as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME ou EPP, cujas ofertas estejam dentro do limite previsto no subitem 8.21.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

8.21.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que originalmente tenha apresentado a melhor oferta ao final da fase de lances.

8.22 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.23 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, Sendo vedada a desistência injustificada da proposta após o encerramento da negociação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o contraditório e a ampla defesa.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, de negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente vencedor o envio da proposta de preços final, devidamente adequada ao último lance ofertado e em conformidade com o modelo constante do edital, por meio de campo próprio do sistema eletrônico.

9.1.1 O prazo para envio da proposta é de, no máximo (02) duas horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

9.1.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema



com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, prazo que poderá ser prorrogado por **solicitação escrita e justificada do licitante**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

9.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado (como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência), além de outras informações pertinentes (como catálogos, folhetos ou propostas), os quais devem ser encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item 11 deste Edital.

10 DA FASE COMPETITIVA

10.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.2 Caberá desclassificação do licitante nas hipóteses previstas no **item 8.2 e 9.1.2 deste Edital**, a qual será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos demais participantes.

11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar na plataforma www.gov.br/compras/pt-br a **documentação legível** (original ou cópia autenticada por advogado sob sua responsabilidade pessoal). O prazo de juntada da documentação será contado a partir da data da recepção do arquivo pela plataforma.

11.2 Caso o licitante desatenda as exigências de habilitação será declarado inabilitado e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.2.1 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos, salvo em sede de diligência, no prazo fixado pelo Pregoeiro, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da sessão pública;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e;

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.3.1. Da consulta serão emitidas as certidões de idoneidade, inexistência de impedimento e de débitos trabalhistas, as quais serão juntadas ao respectivo processo.

11.3.2. A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em razão da previsão constante no art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro declarará inabilitada a licitante.

11.4 Caso identificado como não atendidos os requisitos de habilitação que o licitante participante do





certame declarar cumprir, este será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

11.5 Constituem motivos para a inabilitação do licitante:

- a) O não atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade expirado, após a abertura de prazo para a providência constante no item 11.2.1;
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF distintos do da licitante participante.

11.7 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome dela.

11.8 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CNDT e ao FGTS, quando for comprovada a centralização, na matriz, do recolhimento dessas contribuições.

11.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A habilitação jurídica poderá ser comprovada com a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Requerimento de empresário no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Para Microempreendedor Individual (MEI), certificado da condição de MEI;
- g) Outro documento que devidamente comprovado demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, **comprovando a existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de **autorização para o exercício** da atividade a ser contratada.

11.10. DA DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Para os fins deste Edital, são considerados documentos indispensáveis de regularidade fiscal, social e trabalhista TODOS os aqui relacionados:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes e que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias;
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação da Certidão de Regularidade, dentro do seu período de validade;
- e) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

11.10.1. Havendo restrição na regularidade fiscal da ME, EEP ou MEI, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o Proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006;

11.10.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do artigo §2º do artigo 71 da lei n. 14.133/2021;

11.10.3. Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital para habilitação





das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na plataforma eletrônica da www.gov.br/compras/pt-br prevalecerá o rol constante neste Edital.

11.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.11.1 Com a finalidade de assegurar que as licitantes possuam capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos documentos de qualificação técnica e, quando aplicável, documentos emitidos por órgãos de fiscalização e controle competentes.

11.11.2. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONSISTIRÁ EM:

11.11.2.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) a aptidão para a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente contratação, abrangendo atividades de locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização de eventos.

11.11.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços relacionados à realização de shows, festivais, feiras ou eventos de grande porte, com apresentação de artistas de reconhecimento nacional, mediante apresentação de atestado(s) que evidencie(m) a efetiva e satisfatória prestação dos serviços.

11.11.2.3. Os atestado(s) apresentados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) descrição dos serviços executados;
- c) período de execução;
- d) quantitativos executados, quando aplicável;
- e) manifestação quanto à regularidade e satisfatoriedade da execução contratual.

11.12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para fins de comprovar a qualificação econômico-financeira:

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante e, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de **90 (noventa)** dias da data de abertura das propostas.

11.12.1. Havendo restrição na regularidade fiscal da ME, EEP ou MEI, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o Proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006;

11.12.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do artigo 52º do artigo 71 da lei n. 14.133/2021;

11.12.3. Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na plataforma eletrônica da www.gov.br/compras/pt-br prevalecerá o rol constante neste Edital.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, através do sistema em que ocorreu a disputa e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, estar digitada e digitalizada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Proponente.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor



global em algarismos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os últimos.

12.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13 - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 O licitante vencedor será convocado a apresentar a documentação de habilitação, na forma digital, no prazo de **2 (duas) horas**. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo. Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será inabilitada.

13.2 Concomitante à análise dos documentos enviados na plataforma www.gov.br/compras/pt-br, o pregoeiro poderá utilizar o cadastro no SICAF para analisar a documentação da empresa melhor colocada, sendo esta documentação acessível aos demais participantes.

13.3 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.4 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preços, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, podendo, em último caso, revogar a licitação, nos moldes do § 2º do artigo 71 da Lei n. 14.133/2021.

14 - DOS RECURSOS

14.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (minutos) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá, DE FORMA MOTIVADA, em campo próprio da plataforma, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de decadência.

14.2 Admitido o recurso, as razões recursais deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da admissão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, na mesma forma e prazo, o qual será contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

- a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) Motivadamente, reconsiderar a sua decisão;
- c) Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para decidir.

14.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 As decisões dos recursos serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no portal da transparência da Entidade.

14.6 Exauridos os recursos, haverá o encerramento das fases de julgamento e habilitação. Ato contínuo, o pregoeiro elaborará o relatório de regularidade do procedimento e o encaminhará à autoridade superior, que poderá, motivadamente:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.7 Em caso de dúvida sobre os pontos constantes nas alienas anteriores poderá a Autoridade competente solicitar subsídio para sua decisão ao órgão de Assessoramento Jurídico da Entidade, indicando pontualmente a sua dúvida e independentemente de emissão de parecer jurídico.

14.8 No caso da aliena d do item 14.6, a autoridade superior autorizará a contratação, determinado a publicação do processo licitatório na forma do item 29.9 deste Edital.

15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. O início da execução do objeto ocorrerá a partir da assinatura do Contrato.





15.2. A empresa vencedora da licitação deverá realizar os serviços nos locais definidos na Ordem de Serviços emitida pela Contratante, devendo esta comunicar a empresa vencedora com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

15.3. As solicitações serão formalizadas via e-mail, acompanhada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, tendo como destinatário o endereço eletrônico (e-mail) da empresa, conforme indicado na Proposta.

15.4. A empresa vencedora deverá fornecer um responsável técnico para gerenciar a equipe de segurança durante todo o período da realização do evento (estando o mesmo, obrigatoriamente disponível do início ao fim de cada evento e não contará como segurança), e, portando um aparelho celular, estando com o mesmo sempre acessível, com a finalidade de atender as solicitações da Contratante.

15.5. A quantidade de seguranças a serem solicitados pela Contratante serão conforme a necessidade de cada evento e o período de atuação da equipe será conforme determinação da Contratante, emitida por meio de Ordem Serviço. Os serviços contratados poderão ser prestados em qualquer horário e dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

15.6. Os serviços deverão ser executados durante o ano, à medida que os eventos e atividades forem acontecendo, nos locais definidos pela Contratante.

15.7. Os serviços deverão ser realizados por profissionais capacitados, com curso específico na área, devidamente comprovado através do documento expedido pelo órgão competente em plena validade.

15.8. A critério da Contratante, o número total de componentes da equipe será conferido (contagem) diariamente antes do início e depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação (RG) e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque).

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, considerando a natureza dos serviços, a necessidade de responsabilidade técnica direta da contratada e a indispensabilidade do controle operacional, de segurança e de execução pela empresa efetivamente habilitada no certame.

16.2. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar a adequada execução contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas na licitação, bem como garantir a observância dos padrões de qualidade, segurança e responsabilidade exigidos para a realização dos serviços objeto da contratação.

17. DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

17.1. A execução dos Contratos será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e seus suplentes, representantes da FUNDAÇÃO CULTURAL, nomeados nos moldes do art. 7º da lei n. 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para assistí-los e subsidiá-los com informações pertinentes à atribuição.

17.2. Os Contratos deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.3. Fica responsável pela gestão do Contrato a servidor Edson Salez - Mat. 100050.63, e pela fiscalização das a servidora: Carolina Mendes Suchoi – Mat. 100057.63

17.4. As comunicações entre a Fundação Cultural e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.5. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: recebimento do objeto, liquidação e pagamento.

18.1. Recebimento do objeto: o objeto do contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18.1.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, sem ônus para a contratante.



18.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Liquidação

18.2. Liquidação: a liquidação tem início assim que recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente por meio do PROTOCOLO DIGITAL pela página <http://www.foz.pr.gov.br/>, a qual deve conter todas as informações obrigatórias (Nota Fiscal; Nota de empenho e Certidões Negativas) e será finalizada em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

18.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão, sempre após a da do empenho, na execução do serviço ou entrega da mercadoria;
- c) Os dados do contrato e da entidade contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo constante no item 20.2 somente após a comprovação da regularização da situação;

18.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

18.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.2.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

18.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

18.3.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei n. 14.133/2021.

18.3.2. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

18.3.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo de que trata os itens 9.2 e 9.3 será reduzido pela metade.

19. DA RECUSA DA CONTRATAÇÃO

19.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação, apenas:

- a) A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a



contratação;

b) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação;

c) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado.

19.2. A Contratante, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

21. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

21.12. Constituem motivos para a extinção do Contrato por parte da Contratante, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias e/ou de cláusulas contratuais, de especificações, projetos ou prazos;

II – o desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – a decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

21.13. Constituem motivos para a extinção do contrato por parte do Contratado:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

II- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

21.13.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 23.2 observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/21.

21.14. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.14.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

21.14.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia (se tiver sido prestada);

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

21.15. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das



sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - Execução da garantia contratual para:

- a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- e) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

21.15.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

21.15.2. Na hipótese do inciso III do item anterior, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima da Contratante.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

22.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

22.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e de execução estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

22.1.2. Iniciar a instalação após a assinatura do Contrato, devendo as estruturas ser disponibilizadas para vistoria do Corpo de Bombeiros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo, ainda, a conclusão integral dos serviços ocorrer em até 12 (doze) horas antes da abertura do evento;

22.1.3. Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, promovendo a adequada alocação de mão de obra necessária ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como fornecendo e utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidade compatíveis com a execução do objeto;

22.1.4. Transportar, sob sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas, todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

22.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, peças ou materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

22.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos custos relativos à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como por quaisquer licenças, autorizações, alvarás e demais exigências legais necessárias à execução do objeto;

22.1.7. Utilizar empregados devidamente habilitados e com qualificação compatível com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas técnicas, de segurança do trabalho e demais determinações legais vigentes;

22.1.8. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato anormal ou acidente verificado no local dos serviços;

22.1.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante ou por seus prepostos, de forma tempestiva;

22.1.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.11. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações da boa prática e a legislação vigente, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários em quantidade e qualidade adequadas;

22.1.12. Apresentar, quando exigido pela legislação profissional competente, as respectivas Anotações, Registros ou Termos de Responsabilidade Técnica referentes à execução dos serviços, devidamente emitidos e assinados pelo responsável técnico habilitado, compreendendo ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA), RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica (CFT), conforme a natureza dos serviços executados.



22.1.13. Apresentar comprovação de registro e regularidade da empresa licitante e do respectivo responsável técnico junto ao conselho profissional competente, conforme a natureza dos serviços contratados, podendo ser CREA, CAU ou CFT.

22.1.14. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome completo, CPF e número do registro profissional do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços referentes aos Grupos 1, 3, 4, 6, 7, e 8.

§ 1º O responsável técnico deverá possuir registro ativo e regular junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme a natureza dos serviços executados, devendo possuir formação compatível com o objeto contratado.

§ 2º Para os serviços relacionados à montagem, instalação, acompanhamento e responsabilidade técnica de estruturas temporárias, palcos, grids, camarotes, coberturas, torres, instalações elétricas e demais estruturas de grande porte, será admitido profissional de nível superior vinculado ao CREA ou CAU, nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Telecomunicações, Arquitetura e Urbanismo ou áreas correlatas.

§ 3º Para os serviços relacionados à sonorização, iluminação, painéis de LED, sistemas elétricos, telecomunicações e automação, será admitido profissional técnico registrado no CFT, com formação técnica em Eletrotécnica, Eletrônica, Telecomunicações, Eletromecânica, Automação Industrial ou áreas correlatas, nos termos da Deliberação Plenária CFT nº 78/2020 e demais normativas aplicáveis.

§ 4º A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa mediante contrato social, registro em CTPS, contrato de prestação de serviços, declaração de disponibilidade futura ou outro documento juridicamente válido.

§ 5º A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação das respectivas ART, RRT ou TRT devidamente quitadas, bem como documentos complementares relacionados à segurança estrutural, elétrica e operacional dos equipamentos e estruturas utilizados durante o evento.

22.1.15. Manter seus empregados devidamente uniformizados, identificados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, zelando pela segurança dos trabalhadores, especialmente em atividades em altura e em espaços confinados;

22.1.16. Observar a legislação trabalhista vigente, sendo vedada a utilização de trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, bem como a utilização de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

22.1.17. Respeitar os quantitativos contratados, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa anuência da Contratante;

22.1.18. A contratada deverá disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.

22.1.19. Abster-se de contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.20. Todos os equipamentos, estruturas e instalações deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e demais legislações aplicáveis à segurança de eventos temporários.

23.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

23.2.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e na legislação aplicável:

23.2.2. Formalizar a contratação e disponibilizar à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

23.2.3. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências constantes no Termo de Referência, Edital e Contrato;

23.2.4. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas, vícios, defeitos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para a adoção das providências corretivas cabíveis;

23.2.5. Designar Fiscal e/ou Gestor do Contrato para promover o acompanhamento da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

23.2.6. Fornecer, sempre que necessário, orientações, informações complementares e condições indispensáveis à adequada execução dos serviços;



23.2.7. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar regularmente os serviços contratados, observadas as obrigações e responsabilidades assumidas;

23.2.8. Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços efetivamente executados, após a verificação da regularidade, conformidade e cumprimento das obrigações contratuais, para fins de pagamento;

23.2.9. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, conforme valores, condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Edital, Contrato e legislação vigente;

23.2.10. Avaliar a qualidade, eficiência e desempenho dos serviços executados pela CONTRATADA, podendo exigir correções, adequações ou substituições necessárias ao fiel cumprimento do objeto;

23.2.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou normas aplicáveis, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

23.2.12. Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas contratualmente e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24. MATRIZ DE RISCO

24.2. Em razão da natureza do objeto contratado, cuja execução envolve relativa complexidade, mas não configura obra ou serviço de engenharia de grande vulto, e não adota os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, não se aplica a obrigatoriedade legal de elaboração de matriz de alocação de riscos, nos termos do art. 94 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES APLICÁVEIS

25.1. As sanções administrativas serão aplicadas nas hipóteses do artigo 155 da Lei n. 14.133/2021 e nas modalidades constantes no artigo 156 da mesma lei, com as seguintes especificações:

25.1.1 A ADVERTÊNCIA, sempre por escrito, será aplicada quando houver o descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave e em razão da inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, sendo que o acúmulo de três advertências por de pequena relevância no período do contrato poderá ocasionar, a critério da Administração, a suspensão da atuação e/ou descredenciamento do credenciado;

25.1.2 A MULTA será aplicada tanto pela inexecução parcial quanto pela inexecução total do objeto, da seguinte forma:

I- Na inexecução parcial (assim reconhecida quando alcançar 8% do valor da parcela não executada do contrato) será de 5% do valor total do contrato, inclusive para cada falta injustificada, além, neste caso, do desconto da hora não trabalhada, desde que respeitado o limite total de 25% de faltas injustificadas durante todo o período da contratação;

II- Na inexecução total (além de outras penalidades aplicáveis cumulativamente) será de 30% do valor total do contrato.

25.1.3 O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública estende-se aos órgãos e entidades da Administração direta e Indireta do Município de Foz do Iguaçu e será pelo prazo máximo de 2 (dois) anos e será aplicável quando o contratado:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. Der causa à inexecução total do contrato, sem prejuízo da multa constante no item anterior;
- III. Não assinar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida no edital nos prazos fixados;
- IV. Provocar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela Contratante.

25.1.4 A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública estende-se a todos órgãos e entidades dos entes federativos e será aplicada pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 3 (três) anos quando o contratado:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou execução do contrato;
- b) Praticar ato fraudulento durante o processo de credenciamento ou na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Praticar atos ilícitos com o fim de frustrar os objetivos da contratação; e) praticar qualquer dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

25.2 É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante o Município de Foz do Iguaçu, exigidos,





cumulativamente:

25.2.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

25.2.2. Pagamento da multa;

25.2.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar ou de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade no caso de declaração de inidoneidade;

25.2.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

25.2.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos para a reabilitação.

25.3 Além das penalidades acima elencadas, o contratado ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de credenciamento da Contratante, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

25.4 Comprovado o impedimento e aceito pela Administração ou reconhecida força maior pela Administração, o contratado ficará isento das penalidades acima mencionadas.

25.5 Na aplicação das penalidades serão sempre observados o contraditório e a ampla defesa cujo processo seguirá as regras contidas na Seção IV do decreto municipal n. 32.398/2024 e outras eventualmente aplicáveis.

26 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

26.1 Poderá a autoridade máxima da Entidade revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2 O procedimento de anulação ou revogação será precedido de manifestação dos licitantes interessados e formalizada mediante documento escrito que indicará as razões de fato e de direito.

26.3 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento resultará, somente, na nulidade dos atos que diretamente dele dependam, devendo a autoridade competente indicar expressamente a quais atos a nulidade se estende.

26.4 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26.6 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração, salvo no caso previsto no artigo 149 da Lei n. 14.133/2021.

27 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei nº 8.429/1992; a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem a NÃO oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, seja de formadireta ou indireta, devendo garantir ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

27.2 Durante toda a vigência contratual, a licitante deverá possuir, internamente, mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, como canais de denúncia de irregularidades, código de ética e conduta e aplicação e disseminação de boas práticas corporativas, na forma posta pela lei municipal 4.879/2020.

28 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para suporte das despesas será utilizada as Dotações Orçamentárias previstas para o exercício financeiro da Contratante para o ano de 2026:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
31.001.13.392.0210.2097.339039	1.001
31.001.13.392.0210.2097.339039	1099
31.001.13.392.0210.2097.339039	1.2062

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





29.1. O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados da contratante para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão de contratação, independente da equipe de apoio;

29.2. Eventuais modificações relativas a este Edital obedecerão ao disposto no parágrafo 1º do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

29.3. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro julgar necessário.

29.4. A participação neste procedimento implica a aceitação integral e irretratável das normas contidas neste Edital e no seu Termo de Referência (anexo I), bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que o regem.

29.5. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência.

29.6. À autoridade competente reserva-se o direito de suspender ou adiar as sessões públicas eventualmente marcadas, por razões de interesse público ou em decorrência de fato superveniente comprovado, sem que caiba ao licitante o direito à indenização, seja a que título for.

29.7. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, o qual adotará as disposições da legislação em vigor para as contratações públicas e, os casos omissos complexos, assim definidos pela Autoridade Competente, poderão ser objeto dos meios alternativos de resolução de controvérsias previstos no artigo 151 da Lei n. 14.133/2021.

29.8. Os atos relativos às respostas de impugnações e recursos e o resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu - PR.

29.9. A fim de dar cumprimento às atribuições legais do serviço público, ficam cientes os licitantes de que o Setor de Compras desta Entidade fará uso dos seus dados pessoais para fins de publicação, as quais poderão ocorrer no portal nacional de compras públicas; no portal da transparência; na página virtual da Entidade promotora da licitação; no Diário oficial do Município de Foz do Iguaçu e em jornal de grande circulação local.

29.10. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Foz do Iguaçu/PR para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Edital.

Foz do Iguaçu, PR, 18 de maio de 2026.

Patricia Liliana lunovich
Diretora Presidente



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
(Procedimento licitatório nº 74/2026)

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de referência (TR), a **contratação de empresa(s) especializada(s)** para a prestação dos serviços de **locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização do evento FARTAL 2026, incluindo:** Tendas, alambrados, tablados, piso deck, fechamentos, barricadas, arquibancada, camarote, camarim, estandes, palcos, painéis de led, sonorização e iluminação, banheiros químicos, geradores de energia.

1.1. O evento será realizado no período de **10 a 14 de junho de 2026, no CTG Charrua**, localizado no Município de Foz do Iguaçu – PR, sendo a contratação **exclusivamente à execução deste evento**.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTIMADOS

2.1. O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 1.752.828,15 (um milhão setecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais e quinze centavos)**, obtido pela mediana dos preços ofertados por fornecedores privados em contratações similares feitas por outros entes públicos (incisos II e IV do artigo 23 da lei n. 14.133/2021).

2.2. O objeto da contratação segue as seguintes especificações e valor estimado:

GRUPO 01 - ESTRUTURAS					
CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ALAMBRADO - GRADE DE PROTEÇÃO DE FERRO tamanho 02mx01m. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná. Montadas conforme demanda da Fundação Cultural, para os eventos em locais abertos e fechados, incluindo a instalação e remoção.	METROS LINEARES	150	R\$ 29,00	R\$ 4.350,00
02	TABLADOS NIVELADO - de madeira, serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de tablado em bom estado de conservação. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	METROS QUADRADO	1.000	R\$ 42,00	R\$ 42.000,00
03	TABLADO PISO NIVELADO E CHAPEADO 18,5 x 14 m - resistente para dança. de madeira, serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de tablado em bom estado de conservação. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	METROS QUADRADO	260	R\$ 180,00	R\$ 46.800,00
04	TABLADO ELEVADO COM GUARDA CORPO – 14 x 3 ALTURA DE 1,10 - de madeira, serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de tablado em bom estado de conservação. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	METROS QUADRADO	42	R\$ 120,00	R\$ 5.040,00
05	PISO DECK - instalação em terreno nivelado, atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	METROS QUADRADO	300	R\$ 43,27	R\$ 12.981,00
06	CHAPAS DE FECHAMENTO de área, em painéis metálicos com 02m de altura, fixada ao solo por ponteiros metálicos e sustentada por braços tubulares travados com pinos metálicos de aço. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	METROS LINEARES	175	R\$ 45,80	R\$ 8.015,00
07	TENDA 5x5 altura 2,50m COM CALHA - Locação de montagem, manutenção e desmontagem de TENDA piramidal com armação em ferro tubular galvanizado e revestida em lona térmica branca com atestado de flamabilidade, com calha para chuva, Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná.	UNID.	35	R\$ 1.345,18	R\$ 47.081,30





08	TENDA 10x5x até 3,5 COM CALHA - Locação de montagem, manutenção e desmontagem de TENDA com armação em ferro tubular galvanizado e revestida em lona térmica branca com atestado de flamabilidade, com calha para chuva. Atendendo as normas de procedimento técnico "12" do Corpo de Bombeiros do Paraná.	UNID.	32	R\$ 2.388,13	R\$ 76.420,16
09	TENDA 10x10x até 3,5 COM CALHA - Locação de montagem, manutenção e desmontagem de TENDA piramidal com armação em ferro tubular galvanizado e revestida em lona térmica branca com atestado de flamabilidade, com calha para chuva. Atendendo as normas de procedimento técnico "12" do Corpo de Bombeiros do Paraná.	UNID.	21	R\$ 2.697,09	R\$ 56.638,89
10	FECHAMENTOS LATERAIS 5MX2,5M - em lona PVC branca antichama com atestado de flamabilidade. Atendendo NPT-12 do Corpo de Bombeiros do Paraná.	UNID.	28	R\$ 350,00	R\$ 9.800,00
11	FECHAMENTOS LATERAIS 10mx3,5m - em lona PVC branca antichama com atestado de flamabilidade. Atendendo NPT-12 do Corpo de Bombeiros do Paraná.	UNID.	17	R\$ 400,00	R\$ 6.800,00
12	BARRICADAS - Fornecimento de locação e serviços de montagem, manutenção e desmontagem de estrutura de contenção de público em alumínio do tipo autossustentável com piso de no mínimo 1,00 L x 1,25 Cx 1,20 A, fixadas umas às outras por pinos metálicos de aço contrapinnados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança, fabricada em quadros metálicos de metalon zincado, revestido em chapa na base e na parte frontal, para atender as necessidades de frontstage. Atendendo NPT-12 do Corpo de Bombeiros do Paraná.	Metros	310	R\$ 243,75	R\$ 75.562,50
13	CAMAROTE de estrutura de ferro retangular com tablado em madeira naval, guarda corpo, escadas de acesso e divisórias na medida total de 54,00 comprimento x 9,00 largura com 03 níveis de altura (0,60; 0,90 e 1,10) Cobertura em 06 unidades de tendas 10MX10MX3,50*m totalizando (18 camarotes por andar na medida de 3,00x2,00 = *54 camarotes de 3,00x2,00)	UNID.	01	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
14	ARQUIBANCADA COMPOSTA DE 03 DEGRAUS - Locação de metro linear de estrutura tubular modelo arquibancada para desfile, competição esportiva e outros com 03 (três) degraus, medindo 0,70cm de largura cada, saindo do chão com parapeito, pintura nova e base de degraus em madeira antiderrapante em perfeito estado de conservação, incluindo a montagem e desmontagem no local definido. NPT 012 Corpo de Bombeiros.	METRO LINEAR	30	R\$ 392,00	R\$ 11.760,00
15	ARQUIBANCADA COMPOSTA DE 06 DEGRAUS , locação de metro linear estrutura tubular modelo arquibancada para desfile, competição esportiva e outros com 06 (seis) degraus, medindo 0,70cm de largura cada, saindo do chão com parapeito, pintura nova e base de degraus em madeira antiderrapante em perfeito estado de conservação, incluindo a montagem e desmontagem no local definido. NPT 012 Corpo de Bombeiros.	METRO LINEAR	102	R\$ 408,20	R\$ 41.636,40
<ul style="list-style-type: none"> As TENDAS PIRAMIDAIAS E GALPÕES DE ALUMÍNIO, quando utilizadas em eventos de risco mínimo devem ser estacadas de forma correta atendendo as normativas NPT 012 – CORPO DE BOMBEIROS; A contratada deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/PR (LEI Nº 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977); A contratada deverá seguir o contido nas NORMAS DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS – NPT 012 do Corpo de Bombeiros. 					
VALOR DO GRUPO R\$ 544.885,25					

GRUPO 02 - BANHEIROS					
CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL





01	<p>CABINE SANITÁRIA - composta por estrutura metálica rígida, com acabamento liso e lavável, contendo unidade com dimensões internas mínimas de 1,90 m de altura, 1,00 m de largura e 1,30 m de comprimento com vaso sanitário com sistema de sucção a vácuo, dotado de vedação contra retorno de odores e descarga de baixo consumo, pia com torneira, dispenser de sabonete líquido, dispenser de papel-toalha, dispenser de papel higiênico, porta-bolsa, espelho, lixeira com tampa, iluminação interna em LED e sistema de ventilação forçada por exaustor ou ar-condicionado. A porta deverá conter fechadura interna com indicação externa de livre/ocupado e identificação de masculino/feminino.</p> <p>Deverá possuir padrão de descarga ecológica, dispor de reservatório de água limpa e reservatório de dejetos instalados de forma isolada da área de uso, com capacidade compatível ao atendimento durante o período do evento. Todos os sistemas elétricos da cabine — iluminação, ventilação, ar-condicionado (quando existente), painel eletrônico de sinalização e demais equipamentos internos — deverão operar em tensão 220V, sendo responsabilidade exclusiva da contratada fornecer cabo de alimentação com extensão mínima de 30 (trinta) metros, confeccionado em bitola adequada (mínimo 2,5 mm²), com plugues compatíveis e proteção elétrica própria, de modo a assegurar ligação imediata e segura ao ponto de energia disponibilizado pela Administração.</p> <p>A empresa vencedora deverá dispor de pessoal para a limpeza e manutenção preventiva e corretiva desta estrutura durante todos dias de evento e garantir a destinação final dos dejetos de forma correta, deverá fornecer os insumos necessários (papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido).</p>	UNID.	50	R\$ 3.625,00	R\$ 181.250,00
02	<p>CABINE SANITÁRIA PCD'S - composta por estrutura metálica rígida, com acabamento liso e lavável, contendo unidade com dimensões internas mínimas de 1,90 m de altura, 1,50 m de largura e 2 m de profundidade com vaso sanitário com sistema de sucção a vácuo, dotado de vedação contra retorno de odores e descarga de baixo consumo, pia com torneira, dispenser de sabonete líquido, dispenser de papel-toalha, dispenser de papel higiênico, porta-bolsa, espelho, lixeira com tampa, iluminação interna em LED e sistema de ventilação forçada por exaustor ou ar-condicionado. A porta deverá conter fechadura interna com indicação externa de livre/ocupado e identificação de masculino/feminino.</p> <p>Deverá possuir padrão de descarga ecológica, dispor de reservatório de água limpa e reservatório de dejetos instalados de forma isolada da área de uso, com capacidade compatível ao atendimento durante o período do evento. Todos os sistemas elétricos da cabine — iluminação, ventilação, ar-condicionado (quando existente), painel eletrônico de sinalização e demais equipamentos internos — deverão operar em tensão 220V, sendo responsabilidade exclusiva da contratada fornecer cabo de alimentação com extensão mínima de 30 (trinta) metros, confeccionado em bitola adequada (mínimo 2,5 mm²), com plugues compatíveis e proteção elétrica própria, de modo a assegurar ligação imediata e segura ao ponto de energia disponibilizado pela Administração.</p> <p>A empresa vencedora deverá dispor de pessoal para a limpeza e manutenção preventiva e corretiva desta estrutura durante todos dias de evento e garantir a destinação final dos dejetos de forma correta, deverá fornecer os insumos necessários (papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido).</p>	UNID.	05	R\$ 6.950,00	R\$ 34.750,00
<ul style="list-style-type: none"> • Para eventos mais que um dia será necessário a limpeza, higienização e manutenção dos banheiros químicos. • A manutenção dos banheiros químicos, compreendendo a higienização total dos equipamentos, e a reposição dos itens deverão ocorrer até três vezes ao dia, em horários estabelecidos com o responsável pelo evento. 					
VALOR DO GRUPO R\$ 216.000,00					

GRUPO 03 - ESTANDES					
CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL





01	LOCAÇÃO DE 3 CAMARINS DE 25M² – montado com material alumínio (sistema octogonal) e chapas divisórias em TS na cor branca com forro, instalação de ar-condicionado split, mínimo de 12000 BTUs ou outro superior para suprir a necessidade do ambiente instalado, porta com chave, 01 mesa de vidro com 04 cadeiras metálicas estofadas, 02 poltronas, espelho corpo inteiro, arara, frigobar, lixeiras, 02 tomadas (110) e 1 (uma) tomada 220 volts identificadas, iluminação compatível (para cada espaço montado), com abertura para instalação de banheiro químico interno. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná. Montados conforme projeto da Fundação Cultural.	Metros Quadrado	75	R\$ 500,00	R\$ 37.500,00
02	LOCAÇÃO DE 3 CAMARINS DE 20M² – montado com material alumínio (sistema octogonal) e chapas divisórias em TS na cor branca com forro, instalação de ar-condicionado split, mínimo de 12000 BTUs ou outro superior para suprir a necessidade do ambiente instalado, porta com chave, 01 mesa de vidro com 04 cadeiras metálicas estofadas, 02 poltronas, lixeiras, 02 tomadas (110) e 1 (uma) tomada 220 volts identificadas, iluminação compatível (para cada espaço montado), com abertura para instalação de banheiro químico interno. Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná. Montados conforme projeto da Fundação Cultural.	Metros Quadrado	60	R\$ 290,06	R\$ 17.403,60
03	LOCAÇÃO DE ESTANDES EXPOSITORES FORMATO 3X3 - montagem básica, com material alumínio, (sistema modular octogonal) e chapas de divisórias em TS na cor branca, (02 tomada, 03 luminárias internas com lâmpadas fria de baixo consumo (LED), 01 mesa de vidro com 04 cadeiras metálicas estofadas, 01 lixeira, com testeira frontal identificada com o nome do expositor e iluminada por luminária de alumínio com lâmpada de led, para cada estande montado). Atendendo as normas de procedimento técnico “12” do Corpo de Bombeiros do Paraná. Montados conforme projeto da Fundação Cultural.	Metros Quadrado	225	R\$ 250,00	R\$ 56.250,00
VALOR DO GRUPO R\$ 111.153,60					

GRUPO 04 – PAINEL DE LED					
ITEM CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PAINEL DE LED OUTDOOR TAMANHO 6,00m X 3,50m em alta definição P5 – cabo AC, RJ45, HDMI, processadoras (sendo 01 processadora para cada painel montado), men Power – técnicos no evento – montagem e desmontagem - conforme projeto técnico exigência de cada apresentação Instalado no local com estrutura em box truss ou metalon em alumínio Q30 com uma altura de 3 metros do chão.	UNID	6	R\$ 43.750,00	R\$ 262.500,00
02	PAINEL DE LED OUTDOOR TAMANHO 2,00m X 1,10m em alta definição P5 – cabo AC, RJ45, HDMI, processadoras (sendo 01 processadora para cada painel montado), men Power – técnicos no evento – montagem e desmontagem - conforme projeto técnico exigência de cada apresentação Instalado no local com estrutura em box truss ou metalon em alumínio Q30 com uma altura de 3 metros do chão.	UNID	3	R\$ 27.349,20	R\$ 82.047,60
VALOR DO GRUPO R\$ 344.547,60					

GRUPO 05 – GRUPO DE GERADORES					
ITEM CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL





01	GRUPO GERADOR COM CABINE SILENCIADA 180 KVA - 10 HORAS EM REGIME <u>STAND BY</u> - Frequência (ciclo): 60Hz, Tensão de Trabalho: 220 volts {Tensão de Linha} e 110V{Tensão de fase} com barramento regulável também para as Tensões de 380 Volts {Tensão de Linha} e 220V {Tensão de fase}. Potência aparente de 180 KVA trifásico, silenciado com ruído máximo admissível no exterior da sala do GMG de 75 dB SPL; (Marca de referência ou superior: Stemac, Caterpillar);	UNID.	02	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00
02	GRUPO GERADOR COM CABINE SILENCIADA 260 KVA. 10 HORAS EM REGIME <u>ATIVO</u> Frequência (ciclo): 60Hz, Tensão de Trabalho: 220 volts {Tensão de Linha} e 110V{Tensão de fase} com barramento regulável também para as Tensões de 380 Volts {Tensão de Linha} e 220V {Tensão de fase}. Potência aparente de 260 KVA trifásico, silenciado com ruído máximo admissível no exterior da sala do GMG de 75 dB SPL; (Marca de referência ou superior: Stemac, Caterpillar);	UNID.	02	R\$ 27.068,35	R\$ 54.136,70
VALOR DO GRUPO R\$ 84.136,70					

GRUPO 06- CONJUNTO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTOS DE MÉDIO PORTE			
ITEM	QTDE.	UN/MED	DESCRIÇÃO
CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE ÁUDIO PARA O PÚBLICO	01	Unidade	Console digital profissional para P.A. com mínimo de 32 canais físicos XLR, compatível com Yamaha M7CL, LS9, Soundcraft SI, Allen & Heath SQ/Avantis, Digidesign SC48 ou equivalente superior, contendo processamento de dinâmica, equalização paramétrica, memórias de cena, VCA, Matrix e processamento digital completo.
	01	Unidade	Sistema de análise acústica com notebook e software para alinhamento, delay, polaridade e RTA.
	01	Unidade	Sistema de intercomunicação entre House Mix e palco.
CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE ÁUDIO PARA O PALCO	01	Unidade	Console digital de monitor independente, mínimo 32 canais físicos e 16 saídas, compatível com Yamaha LS9/M7CL, Soundcraft SI, Allen & Heath ou equivalente superior.
SISTEMA DE MONITORAMENTO O PARA PALCO	06	Unidade	Monitores de palco tipo spot, ativos ou biamplificados, mínimo 115db SPL, resposta de frequência 50Hz a 18Khz, compatíveis com aplicações de médio porte.
P.A. SISTEMA DE ÁUDIO PARA O PÚBLICO	01	Sistema	Sistema Line Array estéreo composto por no mínimo 12 caixas Line Array e 12 subwoofers, processados digitalmente, compatíveis com JBL, Norton, Nexo, EAW, Attack, LS Audio ou equivalentes superiores.
	01	Sistema	Sistema Front Fill quando necessário.
	01	Sistema	Sistema de gerenciamento digital com DSP e alinhamento eletrônico.
MICROFONES	02	Unidade	Microfones para bumbo tipo Beta52/D112 ou equivalente.
	04	Unidade	Microfones tipo e604/e904 ou equivalente para tons e percussão
	03	Unidade	Microfones condensadores AKG C1000/C3000 ou equivalente.
	06	Unidade	Microfones Shure SM58 ou equivalente.
	04	Unidade	Microfones Shure SM57 ou equivalente.
	06	Unidade	Direct Box passivos/ativos.
	02	Unidade	Microfones sem fio UHF profissionais.
PEDESTAIS	06	Unidade	Pedestais modelo girafa tamanho grande;
	04	Unidade	Pedestais modelo girafa tamanho médio;
	04	Unidade	Pedestais modelo girafa tamanho pequeno;
BATERIA	01	Unidade	Bateria profissional completa contendo bumbo, caixa, tons, surdo, ferragens e banco.
	01	Unidade	Amplificador para guitarra tipo Fender Twin Reverb ou equivalente
	01	Unidade	Amplificador para contrabaixo tipo Hartke/Ampeg ou equivalente
PRATICÁVEL	02	Unidade	Praticáveis 2x1m em estrutura metálica reforçada com rodízios e travamento.
MULTICABOS	01	Unidade	Multicabo 48 vias splitado
	04	Unidade	Sub Snake 12 vias
	60	Unidade	Cabos XLR diversos.





	15	Unidade	Cabos P10xP10;	
	Observações		Todo dimensionamento de cabos e conectores necessários para interligação do sistema de áudio, fica por conta da empresa contratada. A interligação do sistema deverá estar em boas condições e corretamente dimensionado quanto aos comprimentos e bitolas necessárias.	
			A contratada deverá fornecer todos os suprimentos em geral, tais como: (pilhas e baterias), além daqueles necessários para o funcionamento do sistema de sonorização.	
			O sistema de áudio deverá estar livre de quaisquer tipos de ruído, gerados por más conexões, cabos com malhas danificadas e mau contato.	
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA E ATERRAMENTO – SOM	01	Sistema	Sistema elétrico estabilizado, balanceado e aterrado conforme normas ABNT e NR-10, incluindo distribuição 110V/220V, cabeamento, conectores, quadros e proteção elétrica.	
CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO				
ITEM	QTDE.	UN/MED	DESCRIÇÃO	
CONTROLE DE ILUMINAÇÃO	01	Unidade	Console profissional de iluminação digital compatível com sistemas DMX, adequada para operação de moving lights, LED e efeitos de iluminação, compatível com Avolites Tiger Touch, Pearl ou equivalente superior.	
PROJETORES DE ILUMINAÇÃO	12	Unidade	Refletores PAR LED RGBW profissional.	
	02	Unidade	Refletores Elipsoidais 750w com íris ou equivalente.	
	02	Unidade	Mini Brut 6 lâmpadas.	
	01	Unidade	Canhão seguidor com operador	
EFEITOS DE ILUMINAÇÃO	12	Unidade	Refletores LED RGBW para efeitos cênicos.	
	06	Unidade	Moving Head Beam profissional	
	02	Unidade	Máquinas Haze/Fog DMX;	
	02	Unidade	Ventiladores de alta potência para dispersão de fumaça	
SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO PARA REFLETORES	24	Canais	Sistema de dimmer e processamento para iluminação compatível com os equipamentos fornecidos, incluindo distribuição DMX e proteção elétrica.	
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA E ATERRAMENTO – ILUMINAÇÃO	01	Unidade	Sistema elétrico estabilizado e aterrado para alimentação dos sistemas de iluminação, incluindo cabeamento, distribuição, proteção elétrica e balanceamento de carga.	
FILTROS DE CORES, CABOS, CONEXÕES E ADAPTADORES	Observações		Todo o dimensionamento de cabos e conectores necessários para interligação do sistema de iluminação fica por conta da empresa contratada, inclusive a total instalação destes por via de estruturas, fixadores, etc; A interligação do sistema deverá estar em boas condições e corretamente dimensionado quanto aos comprimentos e bitolas necessárias. Todos os refletores devem possuir garras para fixação em perfeito estado, e devem ainda conter um cabo de aço com sistema de engate rápido.	
			Filtros de cores novos a ser fornecido de acordo com o projeto luminotécnico. (Modelo e marca de referência: Rosco - SIMILAR OU SUPERIOR)	
			A contratada deverá fornecer todos os suprimentos necessários para o funcionamento do sistema de iluminação. O sistema de iluminação deverá estar livre de quaisquer tipo de interferência/falhas, gerados por más conexões, cabos com malhas danificadas e mau contato.	
ESTRUTURA TRELIÇA EM ALUMÍNIO PARA SUPORTE DE ILUMINAÇÃO	32	Metro	Estrutura treliça em alumínio Q30/P30 para sustentação de iluminação e efeitos.	
	04	Unidade	Bases estruturais para treliças.	
	04	Unidade	Pau de carga em alumínio estrutural.	
	04	Unidade	Talha para elevação de até 1 tonelada;	
	Quantidade necessária		Fixadores, prolongadores, sleeves, cintas, cabos de aço e acessórios necessários para montagem segura da estrutura	
Obs: Os equipamentos descritos representam parâmetros mínimos de qualidade e capacidade técnica, devendo a contratada disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.				
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UNIDADE	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00



GRUPO 07 - CONJUNTO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE			
ITEM	QTDE.	UN/MED	DESCRIÇÃO
CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE ÁUDIO PARA O PÚBLICO	01	Unidade	Console digital profissional para P.A., com mínimo de 48 canais físicos XLR, compatível com Digico SD8/SD10/SD12/Quantum, Yamaha CL5/Rivage/DM7, Avid S6L, Allen & Heath Avantis ou equivalente superior, contendo processamento completo por canal, memórias de cena, VCA, Matrix, LCR, Plug-Ins, processamento de dinâmica e equalização paramétrica completa.
	01	Unidade	Sistema de intercomunicação entre House Mix e palco.
	01	Unidade	Sistema de análise acústica com notebook e software para alinhamento, delay, polaridade e RTA.
	04	Unidade	Transformadores isoladores de sinal de áudio.
CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE ÁUDIO PARA O PALCO	01	Unidade	Console digital de monitor independente da mesa P.A., com mínimo de 48 canais físicos e 24 saídas, compatível com Yamaha CL5/Rivage/DM7, Digico, Avantis ou equivalente superior.
SISTEMA DE MONITORAÇÃO PESSOAL (sem fio)	08	Unidade	Sistemas In Ear profissionais UHF com transmissores, receptores, antenas e combinadores.
	08	Unidade	Fones intra-auriculares profissionais compatíveis com o sistema.
SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA PALCO	10	Unidade	Monitores de palco tipo spot, biamplificados/ativos, mínimo 115db SPL, resposta de frequência 50Hz a 18Khz, equivalentes EAW SM400, RCF ou superior.
	01	Unidade	Subwoofer para bateria 2x18 com processamento digital.
SIDE FILL	01	Unidade	Sistema Side Fill estéreo profissional processado e alinhado.
P.A. SISTEMA DE ÁUDIO PARA O PÚBLICO	01	Unidade	Sistema Line Array estéreo composto por no mínimo 24 caixas Line Array e 24 subwoofers, compatíveis com JBL Vertec, D&B, L-Acoustics, Nexo, Norton ou equivalente superior, capaz de produzir mínimo 115db SPL sem distorção.
FRONT-FILL	01	Unidade	Front Fill estéreo processado.
	01	Unidade	Sistema Delay e Out Fill quando necessário ao local.
MICROFONES	08	Unidade	Microfones Sennheiser e604/e904 ou equivalente.
	08	Unidade	Microfones Shure SM57 ou equivalente.
	06	Unidade	Microfones Shure SM58 ou equivalente.
	03	Unidade	Microfones AKG C1000 ou equivalente.
	03	Unidade	Microfones Beta 52/Beta 91/Beta 81 ou equivalente.
	16	Unidade	Direct Box ativos/passivos.
	08	Unidade	Microfones sem fio UHF profissionais.
PEDESTAIS	20	Unidade	Pedestais modelo girafa tamanho grande;
	05	Unidade	Pedestais modelo girafa tamanho pequeno;
BATERIA/ BACKLINE	01	Unidade	Bateria profissional completa contendo bumbo, caixa, tons, surdos, ferragens, banco e acessórios.
	01	Unidade	Amplificador Fender Twin Reverb ou equivalente.
	01	Unidade	Amplificador Ampeg/Hartke para contrabaixo.
	01	Unidade	Kit de percussão contendo congas, bongô, timbal, repique e acessórios.
PRATICÁVEL	18	Unidade	Praticáveis 2x1m, estrutura metálica, alturas variáveis, com travamento e rodízios.
MULTICABOS	01	Unidade	Multicabo com 56 vias, splitado;
	04	Unidade	Sub Snake 12 vias.
	110	Unidade	Cabos XLR diversos.
SISTEMA AC - SOM	01	Unidade	Sistema elétrico estabilizado, balanceado e aterrado conforme NR-10 e ABNT, com distribuição 110V e 220V.
CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO			
ITEM	QTDE.	UN/MED	DESCRIÇÃO
CONTROLE DE ILUMINAÇÃO	01	Unidade	Console profissional de iluminação digital compatível com sistemas DMX, mínimo 4 universos, adequada para operação simultânea de moving lights, refletores LED, strobo, efeitos e demais equipamentos de iluminação cênica, compatível com Grand MA2 Light, Wing, Full Size ou equivalente superior.
	01	Unidade	Notebook para operação e programação de iluminação.
CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO	36	Unidade	Moving Beam 9R / Sharpy / Robe Pointe ou equivalente superior.
	26	Unidade	Moving Wash Mac Aura ou equivalente.
	32	Unidade	PAR LED RGBW profissional
	20	Unidade	Strobo RGB / Atomic LED / P5.





	15	Unidade	Wash Head / Bee Eye / K10.	
	12	Unidade	COB LED profissional.	
	06	Unidade	Brut 6 lâmpadas.	
	02	Unidade	Canhão seguidor com operador.	
	03	Unidade	Máquinas Haze/Fog DMX.	
	03	Unidade	Ventiladores para haze/fog.	
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA E ATERRAMENTO	01	Unidade	Sistema elétrico estabilizado, balanceado e aterrado, compatível com a carga total dos equipamentos de som, iluminação, LED e estruturas auxiliares, incluindo cabeamento, conectores, quadros de distribuição, passa-cabos, proteção elétrica, distribuição 110V/220V, aterramento conforme normas ABNT e NR-10, bem como balanceamento entre fases e proteção contra oscilações elétricas.	
PAINEL DE LED	42	Metro²	Painel de LED P3 ou superior incluindo painel principal 8x4m, processadoras, gerenciamento, sustentação e cabeamento.	
Obs: Os equipamentos descritos representam parâmetros mínimos de qualidade e capacidade técnica, devendo a contratada disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.				
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UNIDADE	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00

GRUPO 08 - CONJUNTO ESTRUTURA DE PALCO COBERTO – 20M X 16M			
ITEM	QTDE.	UN/MED.	DESCRIÇÃO
PALCO	01	Unidade	Palco profissional de grande porte, montado em estrutura metálica em alumínio estrutural e/ou aço galvanizado, sem vestígios de ferrugem, deformações ou avarias, composto por tablado em chapas de compensado naval antiderrapante de 20 mm, com sistema de engate rápido, capacidade mínima de carga de 550 Kg/m², medindo 20,00 m (largura) x 16,00 m (profundidade), altura mínima de 2,00 m do solo ao piso do palco, compatível com riders técnicos de artistas nacionais.
	01	Unidade	Passarela modelo “T” integrada ao palco principal, medindo mínimo de 20,00 m x 4,00 m na haste principal e 12,00 m x 4,00 m no topo, perfeitamente nivelada, travada e compatível com circulação artística e técnica.
	02	Unidade	Escadas de acesso em estrutura tubular metálica de alumínio ou aço galvanizado, com largura mínima de 1,20 m, corrimãos em toda extensão, degraus antiderrapantes, guarda-corpo e adequação às normas do Corpo de Bombeiros e CREA/PR.
	01	Unidade	Rampa de carga e descarga medindo mínimo de 4,00 m de comprimento, compatível com movimentação de cases, instrumentos, consoles e equipamentos pesados.
	01	Unidade	Cobertura modelo duas águas com inclinação mínima de 15°, construída em treliças de alumínio estrutural liga ASTM 6351 ou superior, montada com sistema sleeve ou cubos estruturais, medindo 20,00 m x 16,00 m, pé-direito livre interno mínimo de 8,00 m, compatível com riders técnicos de iluminação, LED e Line Array nacionais. Cobertura em lona PVC blackout CP1000 ou superior, com tratamento anti-chama, anti-UV e atestado de flamabilidade, incluindo fechamento lateral e fundo em sombrite/tela preta e portas técnicas de acesso.
	Quantidade Necessária		Guarda-corpo, corrimãos, travamentos, fixadores, ancoragens, aterramento estrutural, cabos de aço, cintas, manilhas e demais acessórios necessários para montagem segura e aprovação CREA/Corpo de Bombeiros.
GRID DE ILUMINAÇÃO	01	Sistema	Estrutura profissional em alumínio Q30/Q50 destinada à sustentação de sistemas de iluminação, painéis de LED, cenografia e demais equipamentos suspensos, compatível com riders técnicos de artistas nacionais, incluindo linhas estruturais, talhas, sleeves, cubos, cintas, manilhas, cabos de aço, fixadores e acessórios necessários para montagem segura e operação do evento.
	06	Unidade	Talhas de elevação com capacidade mínima de 1 tonelada e elevação mínima de 10 metros.
	Quantidade Necessária		Cintas, manilhas, sleeves, cubos, fixadores, parafusos, cabos de aço e acessórios necessários para suspensão de equipamentos.
EXTRUTURA PARA P.A	02	Conj.	Torres de P.A. em estrutura treliçada de alumínio estrutural para sustentação de sistemas Line Array, medindo aproximadamente 10,00 m de altura x 2,60 m de largura x 2,60 m de profundidade, em quatro pés, compatíveis com sistemas JBL Vertec, D&B, L-Acoustics, Norton, Nexo ou equivalentes superiores.
	108	Metros	Estrutura treliça em alumínio Q30/P 30;
	16	Unidade	Cubos de conexão em alumínio estrutural compatíveis com o sistema de treliças.
	Quantidade necessária		Prolongadores, sleeves, bases, sapatas, fixadores e acessórios necessários para perfeita montagem estrutural.





STAGE MIX	01	Unidade	Área técnica anexa ao palco destinada à monitoração, operação técnica e suporte, medindo mínimo de 5,00 m x 5,00 m, com fechamento lateral e fundo, montado sobre praticáveis em chapas de compensado naval de 20 mm, estrutura metálica reforçada e capacidade mínima de 550 Kg/m².	
	01	Unidade	Cobertura modelo uma água em alumínio estrutural, coberta com lona PVC blackout CP1000 anti-chama, medindo mínimo de 5,00 m x 5,00 m.	
HOUSE MIX	01	Unidade	House Mix coberta, elevada e protegida, medindo mínimo de 5,00 m x 4,00 m, construída em alumínio estrutural, coberta com lona PVC anti-chama, fechamento lateral e fundo, compatível com operação simultânea de consoles de áudio, iluminação e comunicação técnica.	
	Observações		A estrutura deverá permanecer perfeitamente nivelada, aterrada, travada e sem utilização de calços improvisados.	
FECHAMENTOS E ACABAMENTOS	Quantidade necessária		Saías frontais, laterais e fundos em carpete preto ou tecido blackout em perfeito estado, sem rasgos ou avarias, para acabamento do palco, stage mix e áreas técnicas.	
			Fechamento em tecido preto/tela sombrite nas áreas técnicas e fundo de palco conforme necessidade técnica dos riders.	
SISTEMA DE ATERRAMENTO	01	Sistema	Sistema completo de aterramento estrutural e elétrico conforme normas ABNT, NR-10 e exigências do Corpo de Bombeiros, incluindo emissão de ART/RRT e laudos técnicos quando exigidos.	
SISTEMA DE ATERRAMENTO	Obrigatório		ART/RRT de montagem estrutural, laudos de flamabilidade das lonas, memorial de cálculo estrutural e documentação técnica necessária para aprovação junto aos órgãos.	
Obs: Os equipamentos descritos representam parâmetros mínimos de qualidade e capacidade técnica, devendo a contratada disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.				
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UNIDADE	R\$ 142.105,00	R\$ 142.105,00

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do inciso I do artigo 2º do Decreto federal nº 10.818/2021, tratando-se de bem comum, conforme previsto no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 e visa atender às necessidades básicas da Entidade Contratante.

O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, período em que os preços manter-se-ão fixos e irrevogáveis. Excedido esse prazo sem a conclusão do objeto e constatada a culpa do contratado haverá a prorrogação automática, nos termos do artigo 111 da Lei n. 14.133/2021 sem reajuste de preços, bem como a adoção das medidas constantes nos incisos I e II do mencionado no artigo”.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A descrição da necessidade da Contratação encontra-se pormenorizada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 8 do ETP.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade pregão eletrônico.
- 5.2. A documentação de habilitação será a definida no Edital.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) a aptidão para a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente contratação, abrangendo atividades de locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização de eventos.
- 6.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços relacionados à realização de shows, festivais, feiras ou eventos de grande porte, com apresentação de artistas de reconhecimento nacional, mediante apresentação de atestado(s) que evidencie(m) a efetiva e satisfatória prestação dos serviços.
- 6.3. Os atestado(s) apresentados deverão conter, no mínimo:
 - a) identificação da pessoa jurídica emitente;
 - b) descrição dos serviços executados;
 - c) período de execução;
 - d) quantitativos executados, quando aplicável;
 - e) manifestação quanto à regularidade e satisfatoriedade da execução contratual.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

7.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e de execução estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

7.1.2. Iniciar a instalação após a assinatura do Contrato, devendo as estruturas ser disponibilizadas para vistoria do Corpo de Bombeiros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo, ainda, a conclusão integral dos serviços ocorrer em até 12 (doze) horas antes da abertura do evento;

7.1.3. Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, promovendo a adequada alocação de mão de obra necessária ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como fornecendo e utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidade compatíveis com a execução do objeto;

7.1.4. Transportar, sob sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas, todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

7.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, peças ou materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos custos relativos à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como por quaisquer licenças, autorizações, alvarás e demais exigências legais necessárias à execução do objeto;

7.1.7. Utilizar empregados devidamente habilitados e com qualificação compatível com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas técnicas, de segurança do trabalho e demais determinações legais vigentes;

7.1.8. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato anormal ou acidente verificado no local dos serviços;

7.1.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante ou por seus prepostos, de forma tempestiva;

7.1.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.11. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações da boa prática e a legislação vigente, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários em quantidade e qualidade adequadas;

7.1.12. Apresentar, quando exigido pela legislação profissional competente, as respectivas Anotações, Registros ou Termos de Responsabilidade Técnica referentes à execução dos serviços, devidamente emitidos e assinados pelo responsável técnico habilitado, compreendendo ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA), RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica (CFT), conforme a natureza dos serviços executados.

7.1.13. Apresentar comprovação de registro e regularidade da empresa licitante e do respectivo responsável técnico junto ao conselho profissional competente, conforme a natureza dos serviços contratados, podendo ser CREA, CAU ou CFT.

7.1.14. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome completo, CPF e número do registro profissional do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços referentes aos Grupos 1, 3, 4, 6, 7, e 8.

§ 1º O responsável técnico deverá possuir registro ativo e regular junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme a natureza dos serviços executados, devendo possuir formação compatível com o objeto contratado.

§ 2º Para os serviços relacionados à montagem, instalação, acompanhamento e responsabilidade técnica de estruturas temporárias, palcos, grids, camarotes, coberturas, torres, instalações elétricas e demais estruturas de grande porte, será admitido profissional de nível superior vinculado ao CREA ou CAU, nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Telecomunicações, Arquitetura e Urbanismo ou áreas correlatas.

§ 3º Para os serviços relacionados à sonorização, iluminação, painéis de LED, sistemas elétricos, telecomunicações e automação, será admitido profissional técnico registrado no CFT, com formação técnica em Eletrotécnica, Eletricidade, Eletrônica, Telecomunicações, Eletromecânica, Automação Industrial ou áreas correlatas, nos termos da Deliberação Plenária CFT nº 78/2020 e demais normativas aplicáveis.

§ 4º A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa mediante contrato social, registro em CTPS, contrato de prestação de serviços, declaração de disponibilidade futura ou outro documento juridicamente válido.

§ 5º A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação das respectivas ART, RRT ou TRT devidamente quitadas, bem como documentos complementares relacionados à segurança estrutural, elétrica e operacional dos equipamentos e estruturas utilizados durante o evento.





- 7.1.15.** Manter seus empregados devidamente uniformizados, identificados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, zelando pela segurança dos trabalhadores, especialmente em atividades em altura e em espaços confinados;
- 7.1.16.** Observar a legislação trabalhista vigente, sendo vedada a utilização de trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, bem como a utilização de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.17.** Respeitar os quantitativos contratados, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 7.1.18.** A contratada deverá disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.
- 7.1.19.** Abster-se de contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 7.1.20.** Todos os equipamentos, estruturas e instalações deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e demais legislações aplicáveis à segurança de eventos temporários.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.2.1.** Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e na legislação aplicável:
- 7.2.2.** Formalizar a contratação e disponibilizar à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.2.3.** Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências constantes no Termo de Referência, Edital e Contrato;
- 7.2.4.** Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas, vícios, defeitos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para a adoção das providências corretivas cabíveis;
- 7.2.5.** Designar Fiscal e/ou Gestor do Contrato para promover o acompanhamento da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.6.** Fornecer, sempre que necessário, orientações, informações complementares e condições indispensáveis à adequada execução dos serviços;
- 7.2.7.** Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar regularmente os serviços contratados, observadas as obrigações e responsabilidades assumidas;
- 7.2.8.** Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços efetivamente executados, após a verificação da regularidade, conformidade e cumprimento das obrigações contratuais, para fins de pagamento;
- 7.2.9.** Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, conforme valores, condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Edital, Contrato e legislação vigente;
- 7.2.10.** Avaliar a qualidade, eficiência e desempenho dos serviços executados pela CONTRATADA, podendo exigir correções, adequações ou substituições necessárias ao fiel cumprimento do objeto;
- 7.2.11.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou normas aplicáveis, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 7.2.12.** Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas contratualmente e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1.** A execução do objeto observará as condições, prazos, especificações técnicas e demais disposições constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora e nos instrumentos contratuais correlatos.
- 8.2.** As solicitações de execução dos serviços serão formalizadas pela Contratante mediante envio de Ordem de Serviço, requisição formal, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, encaminhados ao endereço eletrônico oficial da empresa contratada.
- 8.3.** Os serviços e estruturas deverão ser entregues, montados, instalados e plenamente operacionais no local de realização do evento, nas datas e horários previamente definidos pela Contratante, observando-se o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias para encaminhamento da Ordem de Serviço.
- 8.4.** Para os serviços referentes aos Grupos 1, 3, 4, 6, 7, e 8, a Contratada deverá apresentar, antes do início da execução, as respectivas ART, RRT ou TRT, conforme o conselho profissional competente, devidamente registradas e





quitadas, acompanhadas, quando necessário, dos laudos, memoriais, projetos e documentos técnicos exigidos pelos órgãos fiscalizadores e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

8.5. Para os serviços relativos aos demais grupos, o prazo de execução será de até 5 (cinco) dias contados do envio da solicitação formal pela Contratante, salvo prazo diverso expressamente estabelecido na Ordem de Serviço.

8.6. Os serviços serão executados, prioritariamente, nas dependências do CTG Charrua, podendo, entretanto, ocorrer em outros locais indicados pela Contratante, conforme necessidade administrativa e operacional do evento.

8.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, estruturas, acessórios, insumos, mão de obra e utensílios necessários à completa e adequada execução do objeto, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho, exigências do Corpo de Bombeiros e demais legislações aplicáveis.

8.8. A Contratada será integralmente responsável pela montagem, operação, manutenção, assistência técnica durante o evento e desmontagem das estruturas e equipamentos, bem como pela segurança operacional dos sistemas instalados.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e seus suplentes, representantes da FUNDAÇÃO CULTURAL, nomeados nos moldes do art. 7º da lei n. 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes à atribuição.

9.2. Fica responsável pela **GESTÃO DO(S) CONTRATOS** o servidor **Edson Salez – Diretor Administrativo Financeiro Mat. 100050.63**, e pela **FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS** a servidora: **Carolina Mendes Suchoi Mat. 100057.63**.

9.3. As comunicações entre a Fundação Cultural e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO – recebimento, liquidação e pagamento

10.1. Recebimento do objeto: o objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.1.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, sem ônus para a contratante.

10.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Liquidação

10.2. Liquidação: Liquidação: a liquidação tem início assim que recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente por meio do PROTOCOLO DIGITAL pela página <http://www.pmfi.pr.gov.br>, a qual deve conter todas as informações obrigatórias (Nota Fiscal; Nota de empenho e Certidões Negativas) e será finalizada em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

10.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão, sempre após a da do empenho, na execução do serviço ou entrega da mercadoria;
- c) Os dados do contrato e da entidade contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo constante no item 9.2 somente após a comprovação da regularização da situação;

10.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;





10.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

10.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

10.3.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei n. 14.133/2021.

10.3.2. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

10.3.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo de que trata os itens 9.2 e 9.3 será reduzido pela metade.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para suporte das despesas será utilizada as Dotações Orçamentárias previstas para o exercício financeiro da Contratante para o ano de 2026:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
31.001.13.392.0210.2.097.3.3.90.39.00.00	1.099
31.001.13.392.0210.2.097.3.3.90.39.00.00	1.001
31.001.13.392.0210.2.097.3.3.90.39.00.00	1.2062

Foz do Iguaçu, 11 de maio 2026.

Juliana Magalhães

Coordenadora de Incentivo a Cultura - Mat. 102263





ANEXO II
Modelo padrão de proposta de preço

Razão Social: _____ CNPJ: _____
 I.E. (se houver): _____ Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
 Responsável pela empresa: _____
 CPF: _____
 Cargo do responsável: _____
 Telefone: (_____) _____ E-mail: _____
 N° Conta Bancária: _____ Ag: _____ Banco: _____

À Fundação Cultural de Foz do Iguaçu-PR, apresentamos nossa proposta de preços referente ao Pregão Eletrônico Nº 90002/2026, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1				
2				

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (Por extenso).

- 1) Ao apresentarmos a presente proposta, concordamos com os termos do Edital e seus anexos, comprometendo-nos a cumprir fielmente suas cláusulas e declarando que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos constitucionais trabalhistas de demais normas infralegais.
- 2) A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias.

Cidade, Dia do Mês do Ano de 2026.

Assinatura do representante legal: _____
 Nome do representante legal: _____
 Cargo/função do representante legal: _____





ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. xxx/2026

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Benjamin Constant, 62, Centro de Foz do Iguaçu/PR, inscrita no CNPJ n. 75.431.437/0001-89, neste ato representado por sua Diretora-Presidente sra. sra. **PATRICIA LILIANA IUNOVICH**, nomeada pela Portaria nº 83.544, de 06 de janeiro de 2026, publicada no D.O.M de 06 de janeiro de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 100070.61, e o Diretor Administrativo-financeiro, Sr. **EDSON SALEZ**, nomeado pela Portaria nº 83.908, de 20 de fevereiro de 2026, publicada no D.O.M de 20 de fevereiro de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 100050.63, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. XXXXXXXXXX, com XXXXXXXX, CEP: XXXXXX, neste ato representada pela XXXXXXXXXX, portadora do RG nº XXXXXXXXX e inscrita no CPF n. XXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXX, CEP XXXXXXXXX, a partir de agora denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XXXXX/2026, em conformidade com as especificações constantes no Edital e seus anexos, as cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação dos serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas destinadas à realização do evento FARTAL 2026, incluindo: Tendas, alambrados, tablados, piso deck, fechamentos, barricadas, arquibancada, camarote, camarin, estandes, palcos, painéis de led, sonorização e iluminação, banheiros químicos e geradores de energia. O evento será realizado no período de 10 a 14 de junho de 2026, no CTG Charrua, localizado no Município de Foz do Iguaçu – PR, sendo a contratação exclusivamente à execução deste evento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelos serviços prestados será pago à contratada o valor de R\$ xxxxx (por extenso) por hora trabalhada, a ser pago na forma do item 18 do edital.

Parágrafo primeiro. Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

Parágrafo segundo. O valor mencionado no caput é fixo e irrevogável nos primeiros 12(doze) meses de contrato. “Após, poderão ser reajustados com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com a data-base vinculada à data do orçamento estimado”.

Parágrafo terceiro. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento”.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste CONTRATO correrão às contas das dotações orçamentárias previstas para o exercício financeiro da Contratante para o ano de 2026:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
31.001.13.392.0210.2097.3.390.39.00.00	1.001
31.001.13.392.0210.2097.3.3.90.39.00.00	1099
31.001.13.392.0210.2097.3.3.90.39.00.00	1.2062

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura ou da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado, observada a conveniência e o interesse da Administração Pública, bem como os limites e hipóteses previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. A eventual prorrogação contratual ficará condicionada à manutenção das condições que fundamentaram a contratação, à existência de saldo orçamentário, à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA e à manifestação favorável da fiscalização e da autoridade competente.



4.3. A vigência contratual não se confunde com o prazo de execução dos serviços, podendo este ser estabelecido em cronograma específico, conforme necessidade da CONTRATANTE e características do evento.

CLÁUSULA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, considerando a natureza dos serviços, a necessidade de responsabilidade técnica direta da contratada e a indispensabilidade do controle operacional, de segurança e de execução pela empresa efetivamente habilitada no certame.

5.2. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar a adequada execução contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas na licitação, bem como garantir a observância dos padrões de qualidade, segurança e responsabilidade exigidos para a realização dos serviços objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

6.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e de execução estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

6.1.2. Iniciar a instalação após a assinatura do Contrato, devendo as estruturas ser disponibilizadas para vistoria do Corpo de Bombeiros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo, ainda, a conclusão integral dos serviços ocorrer em até 12 (doze) horas antes da abertura do evento;

6.1.3. Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, promovendo a adequada alocação de mão de obra necessária ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como fornecendo e utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidade compatíveis com a execução do objeto;

6.1.4. Transportar, sob sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas, todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

6.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, peças ou materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos custos relativos à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como por quaisquer licenças, autorizações, alvarás e demais exigências legais necessárias à execução do objeto;

6.1.7. Utilizar empregados devidamente habilitados e com qualificação compatível com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas técnicas, de segurança do trabalho e demais determinações legais vigentes;

6.1.8. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato anormal ou acidente verificado no local dos serviços;

6.1.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante ou por seus prepostos, de forma tempestiva;

6.1.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.11. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações da boa prática e a legislação vigente, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários em quantidade e qualidade adequadas;

6.1.12. Apresentar, quando exigido pela legislação profissional competente, as respectivas Anotações, Registros ou Termos de Responsabilidade Técnica referentes à execução dos serviços, devidamente emitidos e assinados pelo responsável técnico habilitado, compreendendo ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA), RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica (CFT), conforme a natureza dos serviços executados.

6.1.13. Apresentar comprovação de registro e regularidade da empresa licitante e do respectivo responsável técnico junto ao conselho profissional competente, conforme a natureza dos serviços contratados, podendo ser CREA, CAU ou CFT.

6.1.14. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome completo, CPF e número do registro profissional do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços referentes aos Grupos 1, 3, 4, 6, 7, e 8.



§ 1º O responsável técnico deverá possuir registro ativo e regular junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme a natureza dos serviços executados, devendo possuir formação compatível com o objeto contratado.

§ 2º Para os serviços relacionados à montagem, instalação, acompanhamento e responsabilidade técnica de estruturas temporárias, palcos, grids, camarotes, coberturas, torres, instalações elétricas e demais estruturas de grande porte, será admitido profissional de nível superior vinculado ao CREA ou CAU, nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Telecomunicações, Arquitetura e Urbanismo ou áreas correlatas.

§ 3º Para os serviços relacionados à sonorização, iluminação, painéis de LED, sistemas elétricos, telecomunicações e automação, será admitido profissional técnico registrado no CFT, com formação técnica em Eletrotécnica, Eletricidade, Eletrônica, Telecomunicações, Eletromecânica, Automação Industrial ou áreas correlatas, nos termos da Deliberação Plenária CFT nº 78/2020 e demais normativas aplicáveis.

§ 4º A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa mediante contrato social, registro em CTPS, contrato de prestação de serviços, declaração de disponibilidade futura ou outro documento juridicamente válido.

§ 5º A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação das respectivas ART, RRT ou TRT devidamente quitadas, bem como documentos complementares relacionados à segurança estrutural, elétrica e operacional dos equipamentos e estruturas utilizados durante o evento.

6.1.15. Manter seus empregados devidamente uniformizados, identificados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, zelando pela segurança dos trabalhadores, especialmente em atividades em altura e em espaços confinados;

6.1.16. Observar a legislação trabalhista vigente, sendo vedada a utilização de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, bem como a utilização de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.17. Respeitar os quantitativos contratados, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa anuência da Contratante;

6.1.18. A contratada deverá disponibilizar equipamentos equivalentes ou superiores, compatíveis com os riders técnicos dos artistas.

6.1.19. Abster-se de contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

6.1.20. Todos os equipamentos, estruturas e instalações deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e demais legislações aplicáveis à segurança de eventos temporários.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e na legislação aplicável:

7.2.2. Formalizar a contratação e disponibilizar à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.3. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências constantes no Termo de Referência, Edital e Contrato;

7.2.4. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas, vícios, defeitos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para a adoção das providências corretivas cabíveis;

7.2.5. Designar Fiscal e/ou Gestor do Contrato para promover o acompanhamento da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

7.2.6. Fornecer, sempre que necessário, orientações, informações complementares e condições indispensáveis à adequada execução dos serviços;

7.2.7. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar regularmente os serviços contratados, observadas as obrigações e responsabilidades assumidas;

7.2.8. Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços efetivamente executados, após a verificação da regularidade, conformidade e cumprimento das obrigações contratuais, para fins de pagamento;

7.2.9. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, conforme valores, condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Edital, Contrato e legislação vigente;





- 7.2.10.** Avaliar a qualidade, eficiência e desempenho dos serviços executados pela CONTRATADA, podendo exigir correções, adequações ou substituições necessárias ao fiel cumprimento do objeto;
- 7.2.11.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou normas aplicáveis, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 7.2.12.** Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas contratualmente e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA: MATRIZ DE RISCO

8.1. Em razão da natureza do objeto contratado, cuja execução envolve relativa complexidade, mas não configura obra ou serviço de engenharia de grande vulto, e não adota os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, não se aplica a obrigatoriedade legal de elaboração de matriz de alocação de riscos, nos termos do art. 94 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

CLÁUSULA NONA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução do objeto observará as condições, prazos, especificações técnicas e demais disposições constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora e nos instrumentos contratuais correlatos.

9.3. As solicitações de execução dos serviços serão formalizadas pela Contratante mediante envio de Ordem de Serviço, requisição formal, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, encaminhados ao endereço eletrônico oficial da empresa contratada.

9.4. Os serviços e estruturas deverão ser entregues, montados, instalados e plenamente operacionais no local de realização do evento, nas datas e horários previamente definidos pela Contratante, observando-se o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias para encaminhamento da Ordem de Serviço.

9.5. Para os serviços referentes aos Grupos 1, 3, 4, 6, 7, e 8, a Contratada deverá apresentar, antes do início da execução, as respectivas ART, RRT ou TRT, conforme o conselho profissional competente, devidamente registradas e quitadas, acompanhadas, quando necessário, dos laudos, memoriais, projetos e documentos técnicos exigidos pelos órgãos fiscalizadores e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

9.6. Para os serviços relativos aos demais grupos, o prazo de execução será de até 5 (cinco) dias contados do envio da solicitação formal pela Contratante, salvo prazo diverso expressamente estabelecido na Ordem de Serviço.

9.7. Os serviços serão executados, prioritariamente, nas dependências do CTG Charrua, podendo, entretanto, ocorrer em outros locais indicados pela Contratante, conforme necessidade administrativa e operacional do evento.

9.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, estruturas, acessórios, insumos, mão de obra e utensílios necessários à completa e adequada execução do objeto, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho, exigências do Corpo de Bombeiros e demais legislações aplicáveis.

9.9. A Contratada será integralmente responsável pela montagem, operação, manutenção, assistência técnica durante o evento e desmontagem das estruturas e equipamentos, bem como pela segurança operacional dos sistemas instalados.

CLÁUSULA DÉCIMA DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e seus suplentes, representantes da FUNDAÇÃO CULTURAL, nomeados nos moldes do art. 7º da lei n. 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes à atribuição.

10.2. Fica responsável pela **GESTÃO DO(S) CONTRATOS** o servidor **Edson Salez – Diretor Administrativo Financeiro Mat. 100050.63**, e pela **FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS** a servidora: **Carolina Mendes Suchoi Mat. 100057.63**.

10.3. As comunicações entre a Fundação Cultural e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios



redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro: Constituem motivos para a extinção do Contrato por parte da Contratante, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I- O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias e/ou de cláusulas contratuais, de especificações, projetos ou prazos;
- II- O desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III- A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV- A decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V- Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI- Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Entidade contratante;
- VII- Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

Parágrafo Segundo: Constituem motivos para a extinção do contrato por parte do Contratado:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;
- II - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

Parágrafo Terceiro: As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 21.2 observarão as seguintes disposições:

- I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/21.

Parágrafo Quarto: A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo Quinto: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Parágrafo Sexto: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese do inciso III do item anterior, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. Para os descumprimentos pela Contratada serão aplicadas as penalidades e o procedimento constante nos artigos 155 a 159 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei nº 8.429/1992; a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem a NÃO oferecer, dar





ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta, devendo garantir ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. É parte integrante deste contrato o processo de Pregão Eletrônico citado no preâmbulo, bem como todos os documentos nele anexados, não podendo a Contratante alegar desconhecimento de teor.

14.2. Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos ou simples apostila, conforme o caso, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência decorrentes das obrigações assumidas pela Contratante e Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que eventualmente se tornarem controvertidos durante a execução contratual serão resolvidos na forma do artigo 151 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR para dirimir as dúvidas advindas do presente instrumento, e por assim convencionarem, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu, XX de XXXXXXX de 2026.

PATRÍCIA LILIANA IUNOVICH
Diretora Presidente
(Contratante)

EDSON SALEZ
Diretor Administrativo-Financeiro
(Contratante)

XXXXXXXXXX
(Contratada)



8ab6aab2-522d-4a99-bf4c-45ce25e69d40



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **90.002/2026**

Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=8ab6aab2-522d-4a99-bf4c-45ce25e69d40>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
8ab6aab2-522d-4a99-bf4c-45ce25e69d40

Hash do Documento

DC357452AAF60D3583CF0F48ADE2156A77FCE806E3DA483953C3A12974D71B24

Anexos

8 EDITAL PE 02.2026 ESTRUTURAS FARTAL.pdf - **2ad1a90d-18ce-49ba-9ea2-10167d5f6218**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/05/2026 é(são) :

Patricia Liliana lunovich (Signatário) - CPF: ***57085862** em 18/05/2026 14:39:42 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.